

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**JOSIANE SOUZA DOS SANTOS
LUCIANE SOUZA DOS SANTOS
RONILCE LOBATO CANUTO**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE NAS ESCOLAS DO CAMPO
DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP**

**MAZAGÃO – AP
2022**

**JOSIANE SOUZA DOS SANTOS
LUCIANE SOUZA DOS SANTOS
RONILCE LOBATO CANUTO**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE NAS ESCOLAS DO CAMPO
DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Orientadora:

Profa. Dra. Débora Mate Mendes.

MAZAGÃO – AP

2022

**JOSIANE SOUZA DOS SANTOS
LUCIANE SOUZA DOS SANTOS
RONILCE LOBATO CANUTO**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE NAS ESCOLAS DO CAMPO
DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Aprovado em 05 de dezembro de 2023.



Profª. Dra. Débora Mate Mendes – Orientadora
Universidade Federal do Amapá

 Documento assinado digitalmente
GALDINO XAVIER DE PAULA FILHO
Data: 05/12/2023 13:18:40 -0300
Verifique em <https://verificador.ufam.br>

Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho - Examinador
Universidade Federal do Amapá

Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho - Examinador
Universidade Federal do Amapá



Prof. Me. Marlo dos Reis - Examinador
Universidade Federal do Amapá

MAZAGÃO – AP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Campus de Mazagão da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Raildo de Sousa Machado, CRB2/1501

S237a Santos, Josiane Souza dos
Análise da execução dos recursos do PDDE nas escolas do campo do município de Mazagão-AP. / Josiane Souza dos Santos , Luciane Souza dos Santos , Ronilce Lobato Canuto. – 2022.

1 recurso eletrônico. 54 folhas: ilustradas (coloridas).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2022.

Orientadora: Professora Doutora Débora Mate Mendes.

Coorientador: Professor Mestre Daniel Sousa dos Santos.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Escolas – organização e administração – Mazagão Amapá – Brasil. 2. Educação e Estado – Mazagão – Amapá – Brasil. 3. Escolas rurais – Mazagão Amapá – Brasil. I. Santos, Luciane Souza dos. II. Canuto, Ronilce Lobato. III. Mendes, Débora Mate, orientadora. IV. Santos, Daniel Sousa dos, coorientador. V. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 23. edição, 379.173098116

SANTOS, Josiane Souza dos; SANTOS, Luciane Souza dos; CANUTO, Ronilce Lobato. **Análise da execução dos recursos do PDDE nas escolas do campo do município de Mazagão-AP.** Orientadora: Débora Mate Mendes. Coorientador: Daniel Sousa dos Santos.. 2022. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2022.

“Dedicamos esse trabalho aos nossos esposos e familiares que sempre se mostraram grandes companheiros e parceiros de todas as horas”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela vida, por toda força, ânimo e coragem, que nos ofereceu para ter alcançado os nossos objetivos e metas durante todo o Curso, sem ele nada seria possível.

A Universidade Federal do Amapá, gostaríamos de deixar uma palavra de gratidão por ter nos recebido de braços abertos e com todas as condições nos proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Aos professores reconhecemos o esforço gigante com muita paciência e sabedoria. principalmente em um “novo momento” tão diferente, com maestria e dedicação, superando todas as dificuldades foram eles nos deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias.

Aos nossos familiares e amigos que foram eles que nos incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades, compreenderam a nossa ausência nos dias que nos dedicávamos a realização do nosso Curso.

A todas as pessoas que de uma alguma forma nos ajudaram a acreditar que “tudo é possível naquele que nos fortalece” (Filip. 4:13) nós queremos deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. **(Paulo Freire)**

RESUMO

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e distrital e privadas de ensino especial que possuam alunos matriculados na educação básica. O tema trabalhado destaca a análise dos recursos do PDDE nas Escolas do Campo do Município de Mazagão-AP e tem como objetivo de analisar como ocorre a execução do PDDE. A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvida em duas etapas, a primeira etapa foi voltada para a pesquisa bibliográfica dentro da temática proposta para realização dos recortes teóricos e a segunda etapa foi a pesquisa de campo que se configura como uma pesquisa de caráter descritivo-analítico não deixando de se utilizar uma análise qualitativa. Os resultados da pesquisa desenvolvida em cinco escolas da rede pública do Município de Mazagão no Estado Amapá mostraram que as características da escola do campo são importantes como professores, infraestrutura física, abordagens e insumos pedagógicos que têm impacto sobre aprendizado e progressão dos alunos. Todas as instituições de ensino que foram objeto da pesquisa possuem caixa escolar e são cadastradas no site do FNDE. A conclusão é que a partir das pesquisas foi possível detectar que a maioria dos gestores tinham pouco ou quase nada de experiência em gestão escolar e que devido a essas observações evidenciam-se as dificuldades em acessar, executar e prestar conta dos recursos advindos do PDDE e nenhum dos gestores tinha alguma especialização em Gestão.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Programa Dinheiro Direto nas Escolas; Democracia; Índice de Gestão Descentralizada.

ABSTRACT

The Direct Money at School Program - PDDE, whose purpose is to provide financial assistance to public basic education schools in the state, municipal, district and private special education networks that have students enrolled in basic education. The theme worked highlights the analysis of the resources of the PDDE in the Rural Schools of the Municipality of Mazagão-AP and aims to analyze how the execution of the PDDE occurs. The methodology for the development of the research project regarding the technical procedures will be developed in two stages where the first stage is focused on bibliographical research within the proposed theme for carrying out the theoretical clippings and the second stage will be the field research that configures as a research of an applied nature, with a descriptive-analytical character, not forgetting to use a qualitative analysis. The result was the research carried out in five public schools in the Municipality of Mazagão in the State of Amapá, showing that the characteristics of the rural school are important, such as teachers, physical infrastructure, approaches and pedagogical inputs that have an impact on the learning and progression of students and all the educational institutions that were the object have a school fund and are registered on the FNDE website. The conclusion is that from the surveys most managers had little or no experience in school management and that due to these observations it is evident the difficulties in accessing, managing and accounting for the resources provided by the PDDE and in its total of None of the managers had any specialization in Management.

Keywords: School management; Direct Money in Schools Program; Democracy; Decentralized Management Index.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Comparativo IdeGES do PDDE das Escolas Selecionadas	12
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Prof ^a Antonia Silva Santos	13
Figura 2 – Escola Estadual José Hilário	16
Figura3 – Escola Osmundo Valente Barreto.....	19
Figura4 – Escola Pioneiro	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantos filhos frequentam a escola da Zona Rural em Mazagão-AP.....	26
Gráfico 2 – Você tem conhecimento do que venha a ser o PDDE.....	26
Gráfico 3 – Você participa com sugestões e eleição de prioridades nas questões de infraestrutura e necessidades pedagógicas da escola.....	27
Gráfico 4 – Você participa de reuniões com pautas previamente definidas na escola.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da Instituição de Ensino Escola Prof. ^a Antônia Silva Santos	13
Quadro 2 – Perguntas e Respostas do Gestor da Escola Estadual Prof ^a Antônia Silva Santos	14
Quadro 3 – Características da Instituição de Ensino José Hilario	16
Quadro 4 – Perguntas e Respostas do Gestor da Escola José Hilário	16
Quadro 5 – Características da Instituição de Ensino Osmundo Valente Barreto	19
Quadro 6 – Perguntas e Respostas do Gestor da Escola Estadual Osmundo Valente Barreto	20
Quadro 7 – Características da Instituição de Ensino Pioneiro.	23
Quadro 8 – Perguntas e Respostas do Gestor da Instituição de Ensino Pioneiro	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Camara de Educação Básica
EM	Entidade Mantenedora
EEX	Entidade Executora
FNDE	Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação
IDEGES	Índices de Gestão Descentralizada de Recursos
LDB	Lei de Diretrizes Básicas da Educação
PMDE	Programa de Manutenção de Desenvolvimento da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEX	Unidade Executora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	14
2.1	OBJETIVO GERAL	14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3	REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1	DESCENTRALIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO	15
3.2	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE ORIGEM E FINALIDADES DO PROGRAMA	Erro! Indicador não definido.
3.3	ENTIDADES EXECUTORAS (EEX), UNIDADES EXECUTORAS (UEX) E ENTIDADES MANTENEDORA(EM)	17
3.4	ÍNDICES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
3.5	PDDE NA ESCOLA DO CAMPO, TRANSPARÊNCIA E A INFORMAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	21
4	METODOLOGIA	23
4.1	ÁREA DE ESTUDO	23
4.2	INSTRUMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS	24
4.3	PÚBLICO-ALVO	24
4.4	TABULAÇÃO DOS DADOS	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1	COMPARATIVOS DE IdeGES ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PESQUISADAS	26
5.2	ESCOLA ESTADUAL PROFª ANTÔNIA SILVA SANTOS	27
5.3	ESCOLA ESTADUAL JOSÉ HILÁRIO	30
5.4	ESCOLA ESTADUAL OSMUNDO VALENTE BARRETO	33
5.5	ESCOLA ESTADUAL PIONEIRO	35
5.6	ESCOLA ESTADUAL CENTRAL DO MARACÁ	37
5.7	ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PAIS DOS ALUNOS	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
7	REFERÊNCIAS	44

8	APÊNDICES	47
8.1	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR	47
8.2	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	48
9	ANEXOS	49
9.1	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PAIS DE ALUNOS	49
9.2	ANEXO B – TABELA PARA ANÁLISE DO PERFIL DO GESTOR.....	50

1 INTRODUÇÃO

O tema trabalhado destaca a Análise dos Recursos do PDDE nas Escolas do Campo do Município de Mazagão-AP. Historicamente com o propósito de impulsionar a política de descentralização dos recursos financeiros destinados à educação pública, criou-se, por intermédio da Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), tendo sua denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pela Medida Provisória n. 1.784 de 14 de dezembro 1998 (SILVA, 2013 apud SANTOS, 2017). Para a análise do PDDE tem-se como parâmetros o IDEGES que é uma ferramenta que configura-se como um sumário indicador oficial e tem como finalidade central, mensurar o despenho da gestão descentralizada do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em todos os estados e municípios beneficiados no território nacional (SILVA; *et al.*, 2022).

A justificativa para o trabalho referencia-se devido observar que as escolas do Município de Mazagão – AP apresentam relativamente baixos Índices de Gestão Descentralizada de Recursos – IDEGES. O IDEGES varia de 0 á 10 e possui periodicidade anual, porém não há qualquer óbice conceitual para o cálculo em períodos menores (como semestral) ou maiores (como bienal), entretanto as escolas em questão não alcançaram nem a variável 4,0 desse índice, o que já é baixo. Os índices encontrados variaram de 0 á 3,95 nas escolas estaduais e de 0 a 3,91 nas escolas da rede municipal. O indicador constitui um mecanismo útil para promover a melhoria da gestão do PDDE em seus diversos níveis institucionais, favorecendo a efetiva conversão dos valores repassados pelo programa em benefícios para os estabelecimentos de ensino e suas comunidades.

Em hipótese caso as escolas do campo estejam recebendo esse dinheiro, de que forma estão sendo utilizados esses recursos do PDDE, uma vez que algumas escolas estaduais, por exemplo, apresentam IDEGES “0” e todas elas possuem caixa escolar, diferentemente das escolas municipais que em sua maioria não possuem caixa escolar e apresentam praticamente os mesmos índices, resta saber por que as escolas possuem IDEGES tão baixos e não possuem caixa escolar, será que os membros da comunidade não querem participar desse conselho deliberativo e as escolas não conseguem executar o PDDE impactando diretamente na infraestrutura e na qualidade do ensino.

A formulação do problema está no sentido das questões de Quais as facilidades e dificuldades que as escolas do campo enfrentam para acessar o PDDE (programa dinheiro direto na escola), isso impacta na sua infraestrutura de que maneira? As Escolas possuem caixa escolar ou unidades executoras?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- ❖ Analisar como ocorre a execução do PDDE em (5) cinco Escolas do Campo do Município de Mazagão.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Fazer um levantamento documental no site do FNDE para conhecer as escolas;
- ❖ Definir quais são os índices dessas escolas, com base nos IDEGES;
- ❖ Averiguar quais são as dificuldades da prestação de contas nas escolas
- ❖ Verificar como ocorre à aplicação dos recursos do PDDE.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 DESCENTRALIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

A dinâmica e complexidade das condições econômicas, políticas, sociais e culturais das populações rurais requerem maior coerência na construção de estratégias que visem alavancar a qualidade da educação do campo, no campo, no meio rural e na sociedade em sua totalidade (MOLINA, 2008).

Arroyo (2005) afirma que:

[...] numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola no campo; seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros, como trabalhadores, produtores do campo [...] Enfim, sujeitos históricos concretos. Não lutemos por direitos abstratos, porque nos perdemos nessa armadilha que nos colocam.

O Movimento de Educação do Campo emerge a partir do momento em que assume uma posição “contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas” (CALDART, 2008, p. 71).

Hage (2014, p. 134) destaca que:

“[...] a reedição das tradicionais políticas assistencialistas e compensatórias que mantêm a precarização das escolas rurais e reforçam o atraso e o abandono da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, ao reivindicar que as experiências político-pedagógicas acumuladas nesse processo de luta e mobilização, de tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação de políticas públicas sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público em suas várias esferas”.

O termo descentralização não é algo novo na literatura. A discussão vislumbra uma diversidade de entendimentos e de concepções valorativas, tanto na literatura internacional quanto na nacional (GUINMARÃES, 2002 apud VASCONCELOS; FRANCK, 2022).

Lobo, Lustosa e Paz (2018, p. 125) afirmam:

Desde os anos 1980, as políticas públicas, principalmente na área [...] da educação, foram descentralizadas como estratégia para aumentar a participação da sociedade civil na formulação e no controle dos recursos repassados. Participação era o remédio para diferentes males que acometiam a administração pública: burocracia, lentidão para prover serviços públicos, distância das demandas locais e corrupção. Também contribuiria com o processo pedagógico de educar o indivíduo para o exercício da cidadania, incentivando-o a integrar ou organizar entidades civis e interferir diretamente na definição das prioridades no uso dos recursos públicos, além de acompanhar a execução.

O sistema educacional brasileiro, desde os anos 1990, ficou marcado pela descentralização e o processo de descentralização tem como finalidade a resolução dos problemas com maior rapidez, por se encontrar mais próximo dos cidadãos, com iniciativas que atendam às necessidades dos munícipes, especialmente em relação à educação (REITZ; LAGO; TEODORO, 2007).

Brasil (1995 apud CARDOSO, 2009) destaca que:

O processo de descentralização e de autonomia que se desencadeou, durante a implantação do PDDE, foi bastante significativo, face às diversas concepções teóricas com conotações multifacetadas, tendo como umas das finalidades persuadirem os sujeitos escolares. A partir daí, verificou-se nos documentos a autonomia no sentido de que os recursos estarão sendo repassados diretamente a unidade executora ou entidade representativa da comunidade escolar; e como ampliação e fortalecimento da gestão financeira, administrativa e pedagógica.

Transferir recursos federais diretamente às escolas públicas de educação básica, materializa-se com uma nova política de descentralização no processo de gestão e financiamento. Os recursos visam à melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas, bem como a incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social (BRASIL, 2009 apud MAGALHÃES; *et al.*, 2016).

Oliveira *et al.* (2021) afirmam que:

[...] a política de descentralização de recursos para o interior da escola, para que eles estejam à disposição das necessidades pedagógicas das unidades educativas e sirvam às necessidades de cada realidade, é fruto das intensas lutas por democratização da sociedade e da educação em nosso país. Logo, devemos cuidar para que este recurso chegue aos destinos, seja bem cuidado e estejam a serviço do trabalho pedagógico e do sucesso todas as crianças e jovens em seu processo educativo.

No que tange a política educacional, o papel da União se reflete principalmente na sua capacidade de financiamento educacional. Os municípios passam a ter responsabilidade pela execução de políticas de educação infantil e fundamental de forma universalista, no entanto, o papel de previsão orçamentária, normatização de políticas e programas e seu subsequente financiamento ainda recai sobre a União, em especial quando o foco de análise são as políticas de infraestrutura educacional (REIS; *et al.*, 2021).

3.2 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE ORIGEM E FINALIDADES DO PROGRAMA

Com o propósito de impulsionar a política de descentralização dos recursos financeiros destinados à educação pública, promulgada na Constituição Federal de 1988, criou-se, por intermédio da Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), tendo sua denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pela Medida Provisória n. 1.784. de 14 de dezembro 1998 (SILVA, 2013 apud SANTOS, 2017).

Até o ano 1999 apenas escolas municipais do ensino fundamental recebiam os recursos do PDDE, porém a partir da Resolução N°4 de 17 de março de 1999, outras instituições também passaram a ser beneficiadas com verbas oriundas do programa, a saber escolas públicas da educação infantil, ensino médio e instituições privadas de educação especial, assim definidos no artigo 3°:

I – públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao do atendimento; e II – privadas de educação básica, na modalidade especial, recenseadas pelo MEC no ano anterior ao do atendimento, mantidas por entidades definidas na forma do inciso III do parágrafo único, do art. 3°. (BRASIL, 1999).

Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos matriculados na escola, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. O valor do recurso é calculado de acordo com alguns critérios, sendo eles: critério regional e localização da escola. No critério regional os valores de repasse são maiores para as regiões

Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O segundo critério é a localização da escola, neste caso as escolas da zona rural recebem um valor fixo maior (SANTOS, 2006).

Oliveira *et al.* (2021) afirmam que:

[...] o (PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola que tem pior finalidade prestar assistência financeira para as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e Distrital e privadas de ensino especial que possuam alunos matriculados na educação básica, em caráter suplementar, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar.

Por ter em sua gênese uma natureza contrária ao que prega o capitalismo e por estar situada em campo de interesse do mesmo através do agronegócio, a Educação do Campo é marcada por conflitos e lutas entre os movimentos sociais, educadores do campo e o Estado através da educação capitalista de cunho neoliberal (SANTOS 2020).

Brasil (1997) destaca que:

[...] Com os recursos do PDDE a escola pode adquirir material permanente, manutenção e conservação patrimonial, investir em capacitação e treinamento dos profissionais de educação, contratar setores para elaboração de indicadores de avaliação de aprendizagem, atividades de implementação do projeto político pedagógico e desenvolver atividades pedagógicas diversas.

O PDDE é parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a elevação da qualidade do ensino e sua universalização, de modo que toda criança tenha acesso e possa permanecer em uma escola dotada de recursos didático-pedagógicos e humanos bem preparados, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania (BRASIL, 2007).

O PDDE reúne várias modalidades: o PDDE Escola Campo, O PDDE Manutenção, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), o PDDE Escola Acessível, o PDDE Água na Escola, o PDDE Educação Integral, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e o PDDE Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (SOUZA, *et al.*, 2017)

3.3 ENTIDADES EXECUTORAS (EEX), UNIDADES EXECUTORAS (UEX) E ENTIDADES MANTENEDORAS (EM)

Na Resolução n. 16, de 9 de dezembro de 2015, do FNDE, determina-se que os valores sejam repassados para as escolas públicas em duas parcelas anuais, uma em cada semestre, mediante crédito em conta da Unidade Executora (UEX) (BRASIL, 2015 apud SANTOS, 2017). A UEX, popularmente conhecida como Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres consiste em uma entidade sem fins lucrativos, de personalidade jurídica do direito privado, representativa das escolas públicas de educação básica e capazes de possuir, em nome próprio, conta corrente para recebimento dos recursos financeiros do PDDE (BRASIL, 2014 apud SANTOS, 2017).

Tendo seus pilares baseados nos conceitos supracitados de desconcentração de poder e gestão democrática, as escolas recebem uma quantia anual, mediante a determinados critérios, que pode ser utilizada para cobrir despesas como manutenção, pequenos reparos, despesas de custeio e pequenos investimentos, como conservação do prédio escolar, aquisição de material, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, entre outros (FILHO, 2015).

De acordo com o artigo 5º, da Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013:

Art. 5º Os recursos do PDDE serão destinados às escolas e aos polos, de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º, por intermédio de suas Entidades Executoras (EEX), Unidades Executoras Próprias (UEX) e Entidades Mantenedoras (EM), assim definidas: I - Entidade Executora (EEX) - prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEX, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEX, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados; II - Unidade Executora Própria (UEX) - entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos; e III - Entidade Mantenedora (EM) - entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados (BRASIL, 2013).

As UEX gerenciam e controlam os recursos públicos destinados a escola. Os colegiados são constituídos por representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola (BRASIL, 2013).

Para que a escola possa receber os recursos do programa diretamente faz-se necessário a criação de uma Unidade Executora (UEX) própria, a quem cabe receber e gerir os recursos

transferidos. A Unidade Executora (UEX) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, e foi considerada um instrumento primordial para que se efetivasse a gestão democrática e para se garantir o êxito da política de descentralização. (SANTOS, 2006, p. 317).

Para empregar bem os recursos financeiros do Programa, os membros das Uex deverão articular reunião com professores, pais, alunos, entre outros membros da comunidade escolar, e também com o conselho fiscal e todos os membros da APM (Associação de Pais e Mestres), com a finalidade de identificar as reais necessidades para utilização de tais recursos. A reunião deverá indicar as prioridades e insuficiências, ou seja, quais materiais e serviços deverão ser adquiridos e contratados (PINHEIRO, 2012 apud SOUZA; *et al.*, 2017).

3.4 ÍNDICES DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O IdeGES é uma ferramenta que configura-se como um sumário indicador oficial e tem como finalidade central, mensurar o despenho da gestão descentralizada do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em todos os estados e municípios beneficiados no território nacional (SILVA; *et al.*, 2022).

Brasil (2020 apud apud VASCONCELOS; FRANCK, 2022) destaca que:

[...] o índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) é um instrumento disponibilizado, com acesso público, para mensurar o desempenho da gestão descentralizada do programa em todo o território nacional. Seu objetivo é viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão.

A democratização da gestão traz práticas diferenciadas de administração gerando disputas entre grupos que defendem ideias diferentes a respeito do uso do recurso. Essa descentralização torna a comunidade mais participativa o que serve como possibilidade de gerenciamento mais efetivo sobre os gastos feitos com o recurso do PDDE (FILHO, 2015).

Brasil (2020 apud VASCONCELOS; FRANCK, 2022) afirma que:

[...] O IdeGES-PDDE agrega três índices relativos a dimensões representativas do desempenho do PDDE nos entes federados: adesão, execução e prestação de contas

dos recursos. Os índices foram, na Especificação Técnica, definidos como: a) Índice de Adesão ao PDDE (IAd): mede a proporção de escolas que aderiram ao PDDE num determinado período. Em relação ao universo de estabelecimentos educacionais que poderiam ser atendidos pelo programa naquele período; b) Índice de Execução de Recursos (IEx): mede em que proporção os recursos disponibilizados vêm sendo executados pelas entidades; c) Índice de Regularidade com Prestação de Contas (IrPC): calculado pelo total de prestações de contas nas situações de “aprovadas” e “aprovadas com ressalva”, em razão ao total de obrigações de prestar contas.

O financiamento das políticas educacionais e o gerenciamento dos recursos é um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento da escola. Nesse sentido, é através dele que podemos observar meios de arrecadação, repasse e aplicação dos recursos tendo como base o ensino (CEZARIO, 2015).

O IDEGES é um instrumento para mensurar o desempenho da gestão descentralizada do PDDE em todo território nacional, a fim de viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão (BRASIL, 2018).

3.5 PDDE NA ESCOLA DO CAMPO, TRANSPARÊNCIA E A INFORMAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

Ao longo de uma história com muitos anos de luta, sem contar com outras dezenas de anos de muito silêncio, de conflitos e denúncias sobre as ausências de políticas públicas para o meio rural, que ficaram para trás, constata-se a existência de avanços quanto às políticas públicas educacionais direcionadas à Educação do Campo (SANTOS; SOUZA, 2016).

Os recursos financeiros são liberados em favor das escolas de educação básica do campo que possuam Unidade Executora Própria (UEEx) devendo ser empregados na contratação de mão de obra para realização de reparos ou pequenas ampliações e cobertura de outras despesas, que favoreçam a manutenção, conservação e melhoria de suas instalações, bem como na aquisição de mobiliário escolar e na concretização de outras ações que concorram para a elevação do desempenho escolar (BRASIL, 2009).

A educação no campo deve priorizar uma educação com equidade social, transformadora, ou seja, voltada á realidade dos indivíduos do campo, os quais estão ficando à

margem dos direitos sociais, faltando-lhes oportunidades para melhorar a qualidade de vida no campo (MENDONÇA, 2022).

Santos e Souza (2016) afirmam que:

[...] pode-se verificar a existência de uma legislação que versa sobre as conquistas para a educação dos povos do campo, que reconhecem e legitimam seus anseios, levando em consideração as suas especificidades, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, as Resoluções CNE/ CEB nº 1/2002, CNE/CEB nº 2/2008, o Parecer CNE/CEB nº 4/2010, que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Pronera, a Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, que institui o Pronacampo, dentre outras. Essas são legislações que orientam e normatizam a Educação do Campo, intermediadas por seus sistemas de ensino estaduais e municipais de ensino.

A escola do campo sempre necessitou uma atenção especial por parte dos governantes, geralmente a maioria dos recursos sempre teve como prioridade as escolas urbanas, esta política discriminatória contribui muito para o aumento da taxa de analfabetismo entre o trabalhador do campo. A LDB Lei nº 9394/96 em seus arts. 3º, 23, 28 e 61 regulamenta o ensino escolar do campo, esta foi uma conquista muito importante para os sujeitos do campo (MENDONÇA, 2022).

Brasil (2009) destaca que:

[...] Para constituir uma UEx, faz-se necessário percorrer uma série de caminhos. É preciso motivação da comunidade em que a escola se situa, no sentido de estimular a integração entre os segmentos que a formam; conscientização destes, de modo a tornar transparentes e eficazes os objetivos desta ação; e, principalmente, divulgação da iniciativa, a fim de propiciar a oportunidade para que todos possam participar. Ainda de acordo com o referido manual, é necessária a convocação de uma assembleia, através de editais disponíveis no sítio eletrônico do MEC e registro da UEx em cartório, a partir de requerimento formal, além da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

É preciso que a comunidade busque conhecimento para conseguir transformar a realidade. Diante este contexto, a descentralização é tema de grande interesse no campo da educação. Não é, contudo, um tema novo, nem goza de conformidade acerca do seu significado, sequer no campo da administração ou da política de onde parte, com suas raízes. Para tanto, no campo da educação, é crescente o empenho em seu enfoque, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988 (TORRES, 2019).

4 METODOLOGIA

A pesquisa quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvida em duas etapas aonde a primeira voltou-se para a pesquisa bibliográfica dentro da temática proposta para realização dos recortes teóricos. A segunda etapa foi a pesquisa de campo que se configurou como uma pesquisa de caráter descritivo-analítico não deixando de se utilizar uma análise qualitativa que pretende pormenorizar os fatos e fenômenos de determinada realidade e tendo como local de estudo (5) cinco escolas de Campo no Município de Mazagão no Estado do Amapá.

Para a construção do trabalho foram realizados dentro do referencial teórico alguns recortes importantes de alguns autores que já discorreram sobre a temática como de Brasil (1999), Santos (2017), Vasconcelos e Franck (2022) e outros que contribuíram para a estruturação do projeto de pesquisa.

A abordagem descritiva visa apenas a observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população. A analítica envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em um determinado estudo, observacional, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população (MARCONI, 2001 apud FONTENELLE, 2009).

Na abordagem qualitativa Silva e Menezes (2001) destacam que:

[...] Pesquisa Qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

O ciclo de pesquisa, segundo Minayo (2001), compõe-se de três momentos: fase exploratória da pesquisa (Bibliográfica), trabalho de campo e tratamento do material. O referido processo inicia-se com a fase exploratória da pesquisa, em que são interrogados aspectos referentes ao objeto, aos pressupostos, às teorias pertinentes, à metodologia apropriada e às questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho de campo e posterior tratamento do material.

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa está voltada para a área da Educação de Campo com ênfase na Gestão Escolar a partir dos recursos do PDDE.

4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS

O instrumento de pesquisa foi realizado através de entrevista estruturada com os gestores(as) das escolas e pais de alunos com um roteiro de perguntas abertas e fechadas através da aplicação de questionário (Apendice A e Anexo A) que foi realizado nas escolas selecionadas, realizando a observação das características da realidade escolar, fazendo um comparativo entre os IdeGES.

O projeto foi apresentado aos representantes das instituições selecionadas, todos os documentos necessários de pedidos de autorizações para o desenvolvimento do projeto de pesquisa estão disponíveis em apêndice e anexo no trabalho.

Para todos os envolvidos com o desenvolvimento da pesquisa foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B) aonde o voluntário a participar da pesquisa ficou ciente dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa.

Nas entrevistas foram feitas perguntas ao entrevistado, que por sua vez, também forneceu oralmente as respostas. Continha perguntas abertas e fechadas e o questionário corresponde a uma série de perguntas que foram apresentadas ao respondente por escrito e que foram respondidas, também, por escrito (JACOBSEN, 2016).

4.3 PÚBLICO-ALVO

Para o desenvolvimento do trabalho o público-alvo foram os gestores, pais e alunos das escolas selecionadas. Foram selecionadas 5 (cinco) instituições de educação básica do campo no Município de Mazagão que apresentam relativamente baixos Índices de Gestão Descentralizada de Recursos – IdeGES. O IdeGES varia de 0 a 10 e possui periodicidade anual, porém não há qualquer óbice conceitual para o cálculo em períodos menores (como semestral) ou maiores (como bienal), entretanto as escolas em questão não alcançaram nem a variável 4,0 desse índice, o que já é baixo. O indicador constitui um mecanismo útil para promover a melhoria da gestão do PDDE em seus diversos níveis institucionais, favorecendo

a efetiva conversão dos valores repassados pelo programa em benefícios para os estabelecimentos de ensino e suas comunidades.

4.4 TABULAÇÃO DOS DADOS

Com os dados coletados foi realizado a construção de quadros, gráficos, planilhas e figuras para auxiliar a pesquisa em seus resultados e para essa etapa foram utilizadas ferramentas do word da Microsoft.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo desenvolvida foi realizada em 5 (cinco) instituições de ensino da rede estadual do Estado do Amapá no Município de Mazagão. As escolas em que foi realizada a pesquisa e aplicação do questionário com perguntas relacionadas ao perfil do gestor, perfil da escola e sobre o PDDE foram as seguintes: Escola Antônia da Silva Santos, Escola Osmundo Valente Barreto, Escola Pioneiro, Escola José Hilário e Escola Central do Maracá.

5.1 COMPARATIVOS DE IDEGES ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PESQUISADAS

Tabela 1 - Comparativo IdeGES do PDDE das Escolas Selecionadas para a pesquisa

Escola Estadual	Índice de Adesão (IAd)		Índice de Execução (IEx)		Índice de Prestação de Contas (IrPC)		IdeGES	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Profª. Antônia da Silva Santos	10	10	0	0	0	0	3,33	3,33
José Hilário	10	10	0	9,99	0	10	3,33	10
Osmundo Valente Barreto	0	0	0	0	0	0	1,22	0
Central do Maracá	0	0	0	0	0	0	1,22	0
Pioneiro	0	0	0	0	0	0	3,95	0

Fonte: FNDE/IdeGES, Atualização até agosto de 2022.

A tabela 1 mostra os IdeGES das instituições que foram selecionadas dentro da pesquisa e observou-se que a partir dos dados disponibilizados pelo site do FNDE 5 (cinco) escolas trabalhadas possuem dados sobre o índice de Gestão Descentralizada e a Escola José Hilario e a que tem os melhores índices tendo uma evolução positiva de 2020 para 2021. A Escola Profª Antônia da Silva Santos não teve uma evolução positiva em relação a Gestão dos recursos aonde o gestor da instituição aderiu aos recursos, porém não executou e não prestou contas, vale ressaltar que essas informações estão no site do FNDE mostrando a situação de cada instituição de ensino cadastrada. A instituição de ensino Osmundo Valente Barreto em 2020 teve um IdeGES de 1,22, a Central do Maracá com IdeGES de 1,22 e Pioneiro com IdeGES de 3,95 aonde os gestores aderiram aos recursos do PDDE.

5.2 ESCOLA ESTADUAL PROF^a ANTÔNIA SILVA SANTOS

Figura 1 - Escola Prof^a Antonia Silva Santos



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

A escola Prof^a Antônia Silva Santos localizada no Município de Mazagão no distrito de Mazagão Velho a qual possui um IdeGES de 3,33 referente ao ano de 2021 e tem o seguinte perfil verificado durante a pesquisa com informações que foram repassadas através de entrevista com aplicação de questionário com o Gestor da Instituição de Ensino.

A escola dentro de suas características tem alguns problemas que o Gestor enfrenta como pode-se destacar no quadro 1 como a falta de equipamentos para dar suporte as aulas no dia-a-dia e dentre os principais que faltam para auxiliar é a falta de computador.

Quadro 1- Características da Instituição de Ensino escola Prof^a Antônia Silva Santos.

Alunos Matriculados	248
Faixa Etária dos Alunos	11 à 22 anos de idade
Séries Atendidas pela Escola	Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Área de Atendimento	Distrito do Mazagão Velho, Foz do Rio Mazagão, Piquiazal e Vila Madalena.
Número de Professores	24
Números de funcionários	16
Infraestrutura	1 quadra; 1 refeitório; 1 almoxarifado; 1 sala de

	informática; 1 sala de leitura; 1 sala de professores; 1 sala da direção; 1 sala de AEE; 1 sala de supervisão; 2 banheiros femininos; 2 banheiros masculinos; 2 banheiros para deficientes físicos; 1 auditorio; pátio; estacionamento; 8 salas de aula; 1 secretária; energia; poço; internet.
Problemas	Falta equipamentos para dar suporte, por exemplo na sala de informática falta computador e outros equipamentos básicos, na biblioteca falta mesa, armários etc.

O Gestor da instituição é formado em Pedagogia sem nenhuma especialização em Gestão Escolar, mas com experiência em Gestão e que trabalha na escola a menos de 5 anos com um tempo de Gestão de apenas 3 meses na instituição. O Quadro 2 mostra as informações que o Gestor repassou para contribuição com a pesquisa.

Quadro 2- Perguntas e Respostas do Gestor da Escola Estadual Profª Antônia Silva Santos.

Perguntas	Respostas
1- O gestor tem conhecimento dos recursos do PDDE?	Sim, entretanto ainda não acessou, pois está nesta gestão há 3 meses.
2- Quanto vem de recursos do PDDE?	Não soube informar
3- A escola possui conselho escolar? Como é a composição? Caso não, quem define os recursos do PDDE?	Sim, a diretoria do caixa escolar (presidente, secretário, tesoureiro e conselho fiscal).
4- Como são definidas as prioridades para utilização dos recursos PDDE (exemplificar) o que foi investido?	Suporte técnico e melhoria que possam melhorar o desempenho escolar. Aquisição de computador, impressora e reformas.
5- Como os produtos e materiais são adquiridos e como são distribuídos?	Por meio de pesquisa de preço e distribuídos de acordo com a necessidade.
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação às exigências do PDDE?	Prestação de contas e utilização do recurso
7- Os alunos participam da aquisição de produtos e materiais? Como?	Sim, usufruem do material adquirido diretamente e participam ativamente sobre onde aplicar o recurso.
8- Qual a importância dos recursos do PDDE para a escola?	É de suma importância pois vem ajudando as escolas a se desenvolverem, proporcionando aquisição e uso de materiais que favorecem o desempenho escolar.
9- O que você considera de ponto positivo do PDDE?	Além do recurso em si, suas ações agregadas proporcionam possibilidades de a escola acessar recursos extras e aquisição de bens para se manter

	adimplente na prestação de contas, além de estimular a escola a manter o fluxo de aluno com melhorias escolares proporcionadas pelo programa.
10-Quais as principais dificuldades que a escola encontra pra acessar, executar e prestar contas com relação ao PDDE?	Internet muito instável
11- Se existe algum tipo de auditoria? Quem a realiza?	Sim, a direção e coordenação.
12- A escola acessou alguma ação agregada do PDDE?	Sim
13- Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor escolar?	Sim

Com os recursos do PDDE a escola pode adquirir material permanente, manutenção e conservação patrimonial, investir em capacitação e treinamento dos profissionais de educação, contratar setores para elaboração de indicadores de avaliação de aprendizagem, atividades de implementação do projeto político pedagógico e desenvolver atividades pedagógicas diversas (BRASIL, 1997).

O (PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e Distrital e privadas de ensino especial que possuam alunos matriculados na educação básica, em caráter suplementar, a fim de contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar tem por finalidade suprimir necessidades da instituição (OLIVEIRA, *et al.*, 2021). Apesar do recurso do PDDE observa-se dificuldades dos gestores com a execução e prestação de contas dos recursos.

5.3 ESCOLA ESTADUAL JOSÉ HILÁRIO

Figura 2 - Escola Estadual José Hilário



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A Escola José Hilário localizada no Município de Mazagão que possui um IdeGES de 10 referente ao ano de 2021 e tem o seguinte perfil verificado durante a pesquisa com informações que foram repassadas através de entrevista com aplicação de questionário com o Gestor da Instituição de ensino.

Quadro 3- Características da Instituição de Ensino José Hilario.

Alunos Matriculados	26
Faixa Etária dos Alunos	8 à 12 anos
Séries Atendidas pela Escola	Do 3º ao 5º ano do Fundamental 1
Área de Atendimento	Comunidade Jose Hilario e Santo Expedito.
Número de Professores	4
Números de funcionários	11
Infraestrutura	Uma escola mista, alvenaria e madeira contêm duas salas de aula, uma secretaria, uma sala do AEE, uma cozinha, três banheiros, um refeitório, um alojamento para professores.
Problemas	Inexistente.

A escola dentro de suas características destaca conforme quadro 3 que não há problemas com a instituição. No quadro 3 observa-se que favorece ao índice positivo que a instituição possui no IdeGES. O Gestor da instituição é formado em Pedagogia e trabalha na escola de 1 à 5 anos e de Gestão na instituição de 1 à 3 anos.

O Quadro 4 mostra a transcrição das informações que o Gestor repassou para contribuição com a pesquisa.

Quadro 4- Perguntas e Respostas do Gestor da Escola José Hilario.

Perguntas	Respostas
1- O gestor tem conhecimento dos recursos do PDDE?	Sim
2- Quanto vem de recursos do PDDE?	A escola recebeu no ano de 2021 duas parcelas de PDDE entre elas: 1º parcela PDDE Básico valor R\$ 1.450,00 2º parcela PDDE Básico valor R\$ 1.450,00
3- A escola possui conselho escolar? Como é a composição? Caso não, quem define os recursos do PDDE?	Sim. Pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.
4- Como são definidas as prioridades para utilização dos recursos PDDE (exemplificar) o que foi investido?	As prioridades mais urgentes indicadas pelo conselho escolar foram: Materiais pedagógicos para a sala de aula, buscando melhorar o ensino dos alunos; Materiais permanentes para as salas de aulas (lousa); Materiais permanentes para a cozinha (guarda-louça); Materiais permanentes para uso dos alunos (tablets); Manutenção de computadores, notebooks e impressoras; Materiais esportivos (bola de vôlei, bola de futebol, rede de vôlei, coletes, apito entre outros); Materiais de manutenção (lâmpada, tinta, telha brasilit, prego etc.). Materiais de secretaria (tinta para impressora, resma de papel A4, lápis, caneta entre outros).
5- Como os produtos e materiais são adquiridos e como são distribuídos?	A escola faz a distribuição de acordo com as demandas de cada setor.
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação as exigências do PDDE?	O conselho escolar não enfrenta tantos desafios, pois o diretor está sempre presente apoiando em qualquer situação referente as exigências na qual o diretor tem sempre capacitação para poder gerir o recurso.
7- Os alunos participam da aquisição de produtos e materiais? Como?	Os alunos participam ativamente nas decisões das compras dos materiais (bola de futebol, tablets, bola de vôlei, entre outros.

8- Qual a importância dos recursos do PDDE para a escola?	O programa dinheiro direto na escola faz a diferença no dia a dia da escola, pois auxilia a comunidade escolar a desenvolver, com autonomia e celeridade, suas atividades pedagógicas.
9- O que você considera de ponto positivo do PDDE?	É possível custear despesas com manutenção e pequenos investimentos na estrutura física da escola. Assim como ajuda no projeto de informática na escola, bem como aquisição de bens.
10-Quais as principais dificuldades que a escola encontra pra acessar, executar e prestar contas com relação ao PDDE?	Não tem nenhuma dificuldade, eu tenho boas orientações da SEED que não tive dificuldade na prestação de contas.
11- Se existe algum tipo de auditoria? Quem a realiza?	Sim. Conselho fiscal.
12- A escola acessou alguma ação agregada do PDDE?	PDDE QUALIDADE / PDDE Emergencial Estadual valor R\$ 3.462,18. PDDE QUALIDADE / Educacao Conectada R\$ 2.451,00 PDDE / PDDE - Parcela Desempenho R\$ 900,00.
13- Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor escolar?	Sim.

Conforme o Quadro 4 com a transcrição das respostas do Gestor da Escola José Hilário e analisando o índice positivo do IdeGES de 10 conforme site do FNDE fica evidente que a Escola tem uma gestão exemplar que faz uso correto dos recursos do PDDE demonstrando assim que uma gestão de uma escola com boas orientações e mais tempo nas funções pode levar a uma gestão positiva e que consegue se manter em dia com suas prestações de contas ficando apto para aderir, executar e prestar conta dos recursos utilizados em um tempo razoável.

O financiamento das políticas educacionais e o gerenciamento dos recursos é um instrumento de grande relevância para o desenvolvimento da escola. Nesse sentido, é através dele que podemos observar meios de arrecadação, repasse e aplicação dos recursos tendo como base o ensino (CEZARIO, 2015).

O PDDE é parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a elevação da qualidade do ensino e sua universalização, de modo que toda criança tenha acesso e possa permanecer em uma escola dotada de recursos didático-pedagógicos e humanos bem preparados, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania (BRASIL, 2007).

5.4 ESCOLA ESTADUAL OSMUNDO VALENTE BARRETO

Figura 3 - Escola Osmundo Valente Barreto



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A Escola Osmundo Valente Barreto, localizada no Município de Mazagão na comunidade Foz do Rio Ajuruxi, é considerada uma escola ribeirinha, atende alunos que se deslocam tanto via terrestre quanto fluvial e de acordo com consulta no site do FNDE a instituição possui um IdeGES 2020 de 1,22 e tem o seguinte perfil verificado durante a pesquisa com informações que foram repassadas através de entrevista com aplicação de questionário com o Gestor da Instituição de ensino.

Quadro 5- Características da Instituição de Ensino Osmundo Valente Barreto.

Alunos Matriculados	361
Faixa Etária dos Alunos	8 aos 60 anos
Séries Atendidas pela Escola	Atende do 3º ao 5º ano E 6º ao 9º e ensino médio
Área de Atendimento	Todas da área ribeirinha
Número de Professores	Não informado
Números de funcionários	Não informado
Infraestrutura	Não informado
Problemas	Inexistente.

A escola dentro de suas características o Gestor destacar no quadro 5 que não há problemas com a instituição. O Gestor da instituição é formado em Pedagogia e que trabalha na escola a menos de 5 (cinco) anos e está a frente da Gestão da instituição há 3 anos.

O Quadro 6 mostra a transcrição das informações que o Gestor repassou para contribuição com a pesquisa.

Quadro 6- Perguntas e Respostas do Gestor da Escola Estadual Osmundo Valente Barreto.

Perguntas	Respostas
1- O gestor tem conhecimento dos recursos do PDDE?	Sim
2- Quanto vem de recursos do PDDE?	R\$ 7.160
3- A escola possui conselho escolar? Como é a composição? Caso não, quem define os recursos do PDDE?	Sim. Pais, professores, funcionários, membros da comunidade e diretores de escola.
4- Como são definidas as prioridades para utilização dos recursos PDDE (exemplificar) o que foi investido?	Prioritariamente alimentação e produtos de higiene e outros bens.
5- Como os produtos e materiais são adquiridos e como são distribuídos?	A escola faz a distribuição de acordo com as demandas de cada setor.
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação às exigências do PDDE?	Alimentícios em geral, produtos de limpeza, produtos de higiene.
7- Os alunos participam da aquisição de produtos e materiais? Como?	O conselho escolar não enfrenta tantos desafios.
8- Qual a importância dos recursos do PDDE para a escola?	O programa dinheiro direto na escola faz a diferença no dia a dia da escola, ajudando tanto na alimentação quanto na aquisição de bens.
9- O que você considera de ponto positivo do PDDE?	Os alunos participam ativamente nas decisões das compras dos materiais, eles expõem suas vontades em relação ao que querem se alimentar.
10-Quais as principais dificuldades que a escola encontra pra acessar, executar e prestar contas com relação ao PDDE?	Não tem nenhuma dificuldade, pois o recurso cai direto na conta.
11- Se existe algum tipo de auditoria? Quem a realiza?	Não soube dizer
12- A escola acessou alguma ação agregada do PDDE?	Sim. NUPREC.
13-Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor?	Não.

Conforme o Quadro 6 com a transcrição das respostas do Gestor e apesar da escola não possuir um índice no site do FNDE sobre o IdeGES o Gestor deixa claro que a intuição recebe mais de R\$ 7.000,00 para aplicação na escola e destaca-se prioritariamente para alimentação e produtos de higiene e outros bens. Entretanto houve equívoco de interpretação do gestor em relação aos recursos recebidos, pois o mesmo havia entendido que a escola acessava recursos do PDDE, no entanto constatou-se que era recurso estadual, voltado exclusivamente á merenda escolar.

A dinâmica e complexidade das condições econômicas, políticas, sociais e culturais das populações rurais requerem maior coerência na construção de estratégias que visem

alavancar a qualidade da educação do campo, no campo, no meio rural e na sociedade em sua totalidade (MOLINA, 2008).

O Movimento de Educação do Campo emerge a partir do momento em que assume uma posição “contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas” (CALDART, 2008)

5.5 ESCOLA ESTADUAL PIONEIRO

Figura 4 - Escola Pioneiro



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

A Escola Pioneiro localizada no Município de Mazagão e de acordo com consulta no site do FNDE e uma das 3 (três) instituições possui um IdeGES 2020 de 3,95 e tem o seguinte perfil verificado durante a pesquisa com informações que foram repassadas através de entrevista com aplicação de questionário com o Gestor da Instituição de ensino.

Quadro 7- Características da Instituição de Ensino Pioneiro.

Alunos Matriculados	93
Faixa Etária dos Alunos	6 á 15 anos
Séries Atendidas pela Escola	EF (1° ao 5°ano); ENSINO MODULAR (6° ao 9°)

Área de Atendimento	Pioneiro, Piquiazal, Camaipi, Ramal do Davi, Recreio do Rio Preto.
Número de Professores	4
Números de funcionários	3 (UDE), 1 pedagogo, 1 gestor
Infraestrutura	3 salas de aula, diretoria, biblioteca, refeitório, 1 banheiro masculino, 1 banheiro feminino, alojamento dos professores, campo de atividades físicas, tem câmeras, caixa d água, poço, internet.
Problemas	Acesso á internet é insuficiente

A escola dentro de suas características o Gestor destacou entre os problemas no quadro 5 que a internet é insuficiente. O Gestor da instituição não é formado em Pedagogia e que trabalha na escola entre 5 e 10 anos e está à frente da Gestão da instituição há 5 anos.

Quadro 8- Perguntas e Respostas do Gestor da Escola Estadual Pioneiro.

Perguntas	Respostas
1- O gestor tem conhecimento dos recursos do PDDE?	Sim.
2- Quanto vem de recursos do PDDE?	Depende do plano de aplicação anual, recebe em média R\$1.200,00.
3- A escola possui conselho escolar? Como é a composição? Caso não, quem define os recursos do PDDE?	Não. Comunidade escolar e escola
4- Como são definidas as prioridades para utilização dos recursos PDDE (exemplificar) o que foi investido?	Onde estiver dificuldade, vai se tentar sanar o problema.
5- Como os produtos e materiais são adquiridos e como são distribuídos?	É feito um plano, prestação de contas semestrais, a secretaria repassa o material e tanto os professores quanto alunos usufruem do material didático.
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação às exigências do PDDE?	Pra prestação de contas e cotação de preço, tem dificuldades em adquirir 3 cotações de preços.
7- Os alunos participam da aquisição de produtos e materiais? Como?	Sim, através de material didático e das melhorias que a escola dispõe a partir do recurso.
8- Qual a importância dos recursos do PDDE para a escola?	É importante pra ajudar na infraestrutura da escola bem como em outras aquisições uma vez que o recurso estadual que é liberado pra escola é insuficiente.
9- O que você considera de ponto positivo do PDDE?	Ajuda a melhorar a infraestrutura, equipamento, manutenção, material didático e possibilita adquirir outras coisas que sem o programa não seria possível.
10-Quais as principais dificuldades que a escola encontra pra acessar, executar e prestar contas com relação ao PDDE?	Internet instável, o acesso é difícil pra atualizar o cadastro, e o prazo é curto, havendo necessidade de deslocamento pra

	cidade pra realizar essas demandas.
11- Se existe algum tipo de auditoria? Quem a realiza?	Não
12- A escola acessou alguma ação agregada do PDDE?	Sim, educação conectada (internet via satélite) 1 mb; futuramente será contemplada com uma internet de 10 MB, possibilitando melhoria na qualidade dos trabalhos.
13- Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor escolar?	Não

Conforme o Quadro 6 com a transcrição das respostas do Gestor e apesar da escola não possuir um índice no site do FNDE sobre o IdeGES o Gestor deixa claro que a instituição recebe do PDDE em média R\$ 1200 para aplicação na escola aonde destaca-se que é feito um plano de prestação de contas semestrais, a secretaria repassa o material e tanto os professores quanto alunos usufruem do material didático.

Nesse contexto pode-se destacar que as tradicionais políticas assistencialistas e compensatórias que mantêm a precarização das escolas rurais e reforçam o atraso e o abandono da educação dos povos que vivem da agricultura, do extrativismo e da pesca, ao reivindicar que as experiências político-pedagógicas acumuladas nesse processo de luta e mobilização, de tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação de políticas públicas sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público em suas várias esferas (HAGE, 2014).

5.6 ESCOLA ESTADUAL CENTRAL DO MARACÁ

A Escola Estadual Central do Maracá Localizada no Município de Mazagão e de acordo com consulta no site do FNDE possui um IdeGES 2020 de 1,22 e tem o seguinte perfil verificado durante a pesquisa com informações que foram repassadas através de entrevista com aplicação de questionário com o Gestor da Instituição de ensino.

Quadro 9- Características da Instituição de Ensino Central do Maracá.

Alunos Matriculados	15
Faixa Etária dos Alunos	1º ao 5º (8-13 anos)/Ed. Infantil (2-5 anos)
Séries Atendidas pela Escola	Educação infantil e ensino fundamental 1
Área de Atendimento	Central do maracá e são Miguel

Número de Professores	2
Números de funcionários	5
Infraestrutura	1 refeitório; 1 almoxarifado; 1 biblioteca; 1 sala de professores; 1 sala da direção; 2 banheiros; 2 salas de aula; energia; poço; internet; 1 bebedouro; frezer; geladeira, fogão, cozinha.
Problemas	A escola possui internet muito ruim e prédio provisório.

A escola dentro de suas características o Gestor destaca conforme quadro 7 que entre os problemas da instituição a internet ruim e o prédio provisório são os principais gargalos enfrentados pela instituição. O Gestor da instituição é formado em Pedagogia e que trabalha na escola entre 5 e 10 anos e está a frente da Gestão da instituição há 5 anos.

Quadro 10- Perguntas e Respostas do Gestor da Instituição de Ensino Central do Maracá.

Perguntas	Respostas
1- O gestor tem conhecimento dos recursos do PDDE?	Sim, entretanto ainda não acessou, pois a escola estava toda inadimplente, entretanto ele está regularizando a situação e está na espera da aquisição do recurso.
2- Quanto vem de recursos do PDDE?	R\$2000
3- A escola possui conselho escolar? Como é a composição? Caso não, quem define os recursos do PDDE?	Sim, a diretoria do caixa escolar (presidente, secretário, tesoureiro e conselho fiscal)
4- Como são definidas as prioridades para utilização dos recursos PDDE (exemplificar) o que foi investido?	melhoria física, equipamentos e internet.
5- Como os produtos e materiais são adquiridos e como são distribuídos?	Por meio de pesquisa de preço e distribuídos de acordo com a necessidade de cada setor.
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação as exigências do PDDE?	Prestação de contas
7- Os alunos participam da aquisição de produtos e materiais? Como?	Sim, no caso da implantação do laboratório de informática vai beneficiar diretamente os alunos e proporcionar um ensino de qualidade.
8- Qual a importância dos recursos do PDDE para a escola?	É importante porque este programa disponibiliza recursos e ações que podem melhorar a qualidade do ensino.
9- O que você considera de ponto positivo do PDDE?	Melhoria que proporciona a área educacional e a importância de executar o papel do gestor com responsabilidade.
10-Quais as principais dificuldades que a escola encontra pra acessar, executar e prestar contas com relação ao PDDE?	Acesso á internet, números de alunos, o fato do prédio ser provisório impede que sejam realizadas melhorias estruturais.
11- Se existe algum tipo de auditoria? Quem a realiza?	Sim, a direção e coordenação.

12- A escola acessou alguma ação agregada do PDDE?	Não.Pois não tem conhecimentos
13- Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor escolar?	Não.

Conforme o Quadro 8 com a transcrição das respostas do Gestor e apesar da escola não possuir um índice no site do FNDE e quando a escola estava adimplente recebia em média R\$ 2000 para aplicação na escola, porém ainda não acessou, pois a escola esta inadimplente. Quando a instituição estava recebendo os recursos os mesmos eram direcionados para melhoria física, equipamentos e internet.

Dentro dos resultados obtidos com a pesquisa do trabalho foi observado que a instituição de ensino que tem o IdeGES positivo com índice 10 dentro do PDDE e uma das instituições que mais recebeu parcelas do programa devido esta sempre adiplente com as suas prestações de contas em dia, mas que fique claro que todas as instituições tem dificuldades para a aplicação de algum recurso do Governo Federal.

Assim apenas analisando os IdeGES no ano de 2020 temos que as instituições objeto do trabalho estão entre os IdeGES de 1,22 e 3,95 demonstrando que apesar dos esforços dos gestores ainda estão baixos e já em 2021 apenas uma instituição ficou adiplente para recebimento do PDDE.

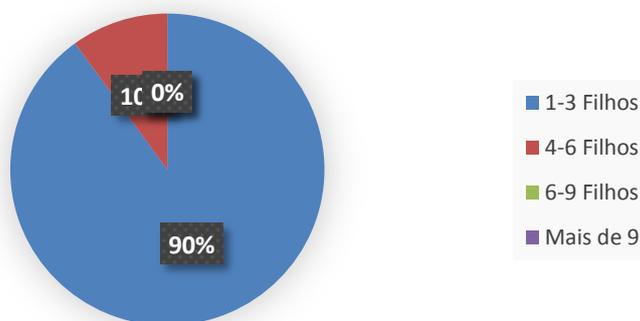
Vale ressaltar que o PDDE surgiu com o intuito de facilitar a gestão da escola na administração dos recursos públicos repassados visando gerar autonomia e descentralização. “Porém, para que seja eficiente esse processo é necessário que haja por parte das Instituições de ensino controle de documentos comprobatórios de todos os montantes repassados pelo Governo e de todos os gastos realizados” (TORRES, 2019, p. 19).

O não cumprimento da prestação de contas dentro dos prazos determinados nas normativas do programa, ou se as mesmas apresentarem incorreções em sua elaboração, poderão acarretar suspensão do recurso para as escolas, além da responsabilização do gestor por negligência no uso dos mesmos (SANTOS, 2017).

5.7 ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PAIS DOS ALUNOS

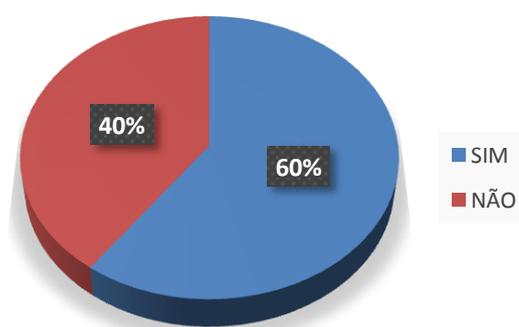
O roteiro de entrevista foi aplicado em todas as escolas aonde um total de 10 pais e responsáveis dos alunos responderam as perguntas e os resultados das respostas serão demonstrados nos gráficos.

Gráfico 1 - Quantos filhos frequentam a escola da Zona Rural em Mazagão-AP?



Para a pergunta de nº 1 sobre quantos filhos frequentam escola na zona rural 90% responderam de 1-3 filhos, 10% de 4-6 filhos e para as respostas com 6-9 filhos e mais de 9 os resultados foram de 0%. Fica evidente de acordo com o gráfico 1 que a maioria dos pais e responsáveis que responderam que tem entre 1 a 3 filhos que estudam nas escolas da zona rural.

Gráfico 2- Você tem conhecimento do que venha a ser o PDDE?

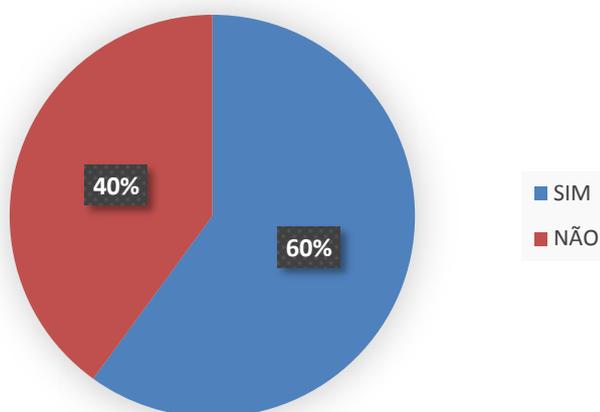


Para a pergunta de nº 2 as respostas no proporcionaram os seguintes resultados 60% tem conhecimento sobre o que é o PDDE e 40% não conhecem o programa deixando claro que a maioria dos pais que responderam tem uma noção da existência do programa dentro da instituição de ensino.

Não é objetivo desse programa transferir dinheiro suficiente para que as escolas se mantenham totalmente, para suprir as suas necessidades mais urgentes. Como as verbas

ordinárias do governo também não suprem as necessidades básicas, as escolas devem realizar alguma forma de arrecadação de dinheiro (CEZÁRIO, 2015).

Gráfico 3 - Você participa com sugestões e eleição de prioridades nas questões de infraestrutura e necessidades pedagógicas da escola?

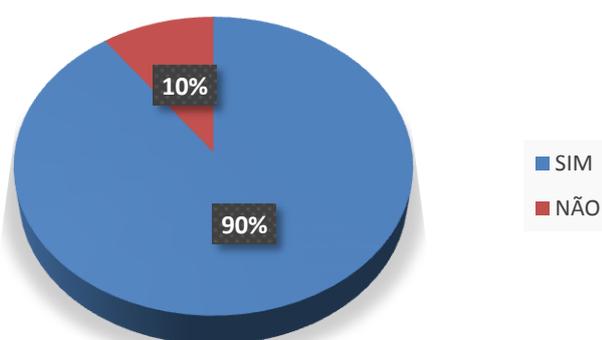


Para a pergunta de nº 3, 60% dos pais e responsáveis que responderam confirmaram que participam de sugestões e eleições dentro da escola e outros 40% não participam dessas escolhas no ambiente escolar.

Para empregar bem os recursos financeiros do Programa, os membros das Uex deverão articular reunião com professores, pais, alunos, entre outros membros da comunidade escolar, e também com o conselho fiscal e todos os membros da APM (Associação de Pais e Mestres), com a finalidade de identificar as reais necessidades para utilização de tais recursos (SOUZA; *et al.*, 2017).

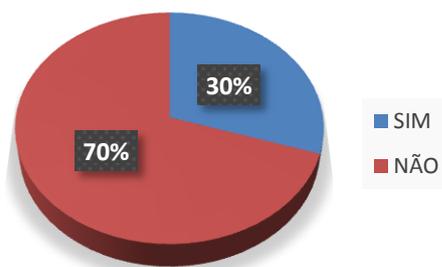
A reunião deverá indicar as prioridades e insuficiências, ou seja, quais materiais e serviços deverão ser adquiridos e contratados. O relatório dessa reunião deverá ser registrado em livro de ata específico do PDDE e deverá estar disponível à comunidade escolar e aos órgãos de fiscalização, de acompanhamento e controle interno e externo (PINHEIRO, 2012).

Gráfico 4- Você participa de reuniões com pautas previamente definidas na



Sobre a pergunta de nº 4, 90% dos pais e responsáveis que responderam deixaram claro que participam de reuniões com pautas no ambiente escolar e outros 10% não participam dessas reuniões na escola.

Gráfico 5- Participa de palestras com monitores ou pessoas para obter esclarecimentos sobre o programa PDDE?



Para a pergunta de nº 5, 70% dos pais responderam que não participam de palestras com monitores sobre o PDDE quando as instituições disponibilizam e outros 30% participam das palestras no ambiente escolar.

As características da escola do campo são importantes como professores, infraestrutura física, abordagens e insumos pedagógicos têm impacto sobre aprendizado e progressão dos alunos e o contexto socioeconômico é fundamental com as origens socioeconômicas dos colegas de turma, assim como a participação da comunidade são fundamentais na determinação de quanto alunos aprendem. Finalmente, existem as variáveis próprias de cada aluno e sua família: renda familiar e educação dos pais sempre foram importantes preditores do sucesso escolar (REIS; *et al.*, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho contemplou a temática voltada para analisar como instituições de ensino do Município de Mazagão no Estado do Amapá utilizam ou não os recursos do PDDE e com a pesquisa ficou evidente que das 5 (cinco) instituições selecionadas e pesquisadas apenas uma demonstrou estar adiplente com os recursos do PDDE aonde o IdeGES está positivo e as demais estão com os IdeGES baixo considerando a referência de 0 à 10.

Considerando o que foi observado com o trabalho as instituições de ensino objetos da pesquisa possuem muitas dificuldades para aderir, executar e em especial com as prestações de contas de recursos disponibilizados tanto pelos governos Estaduais e Federais. Um dos principais problemas detectado com a pesquisa foi relacionado à questão estrutural aonde às escolas em sua maioria tem problemas com acesso à internet para repassar as informações aos órgãos competentes tendo em vista que em sua maioria as prestações de contas necessitam serem enviadas online.

Todas as instituições de ensino que foram objeto possuem caixa escolar conforme demonstrado e cadastrado no site do FNDE, porém todas tem dificuldades para a prestação de contas com dos recursos do PDDE e assim fica evidente a necessidade por parte do gestor em participar de eventos e palestras voltadas para como captar recursos financeiros para aplicação na instituição gerida por ele e essa iniciativa precisa partir do Gestor.

Assim, conclui-se que a partir da pesquisa, a maioria dos gestores tinha pouco ou quase nada de experiência em gestão escolar e que devido a essas observações mostrou que tinham dificuldades em acessar, executar e prestar conta dos recursos advindos do PDDE e em seu total de Gestor nenhuma tinha alguma especialização em Gestão e com isso quem perde é a educação local, pois muitos dos problemas que as instituições enfrentam deveriam ser sanados, caso os gestores tivessem experiência em gestão e buscassem boas orientações.

7 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Que educação básica para os povos do campo?** Seminário Nacional de Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST, Luziânia/GO, set., 2005.

BRASIL. Lei n. 9.533, de 10 de dezembro de 1997. **Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.** Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD nº4 de 17 de março de 1999.** Brasília, 1999.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).** 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-diretoescola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>>. Acesso em: 4 de maio de 2022.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Manual para constituição de unidade executora.** 2009.

_____. **Resolução nº 10 de 18 de abril de 2013.** Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Brasília, 2013.

_____. MEC/FNDE. Relatório de Gestão FNDE 2018. Brasília: **FNDE**, 2019. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/relatorios/relatorios-de-gestao>>. Acesso em 01 nov. 2019,

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma educação do campo: campo-políticas públicas-educação.** Brasília/DF: INCRA/MDA, 2008.

CARDOSO, José Carlos Martins. **PDDE Como Instrumento de Democratização da Gestão Escolar no Pará.** Belém, 2009.

CEZARIO, Francisco Orlando. **Os recursos do pdde e as prioridades definidas pela escola.** Cajazeiras, 2015.

FILHO, Francisco Xavier Lima. **Recursos federais para educação: aplicação e prestação de contas do PDDE**. 2015. 57f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FONTENELLE, Mauro José. **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa**. Belém, 2009.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 1, 2014.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. **Metodologia Científica**. 2016.

LOBO, C.; LUSTOSA, D.; PAZ, A. D. **Os desafios da descentralização e a capacidade estatal no contexto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Brasília: ENAP, 2018.

MAGALHÃES, Maria Gláucia Pereira de Lima Pontes; *et al.*. **A descentralização de recursos federais no Programa Mais Educação**. Brasília, 2016.

MENDONÇA, Francisco Xavier de. **Escola do Campo: Análise da execução do recurso do PDDE**. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma educação do campo: campo-políticas públicas educação**. Brasília/DF: INCRA/MDA, 2008.

OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de; *et al.* **Programa Dinheiro Direto na Escola e ações integradas ao PDDE**. Belém: UFPA, 2021.

PINHEIRO, I.F. Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) – **implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica**: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral. 2012, 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012

REITZ, M. D. C.; LAGO, Z. A.; TEODORO, A. **Políticas públicas e municipalização da educação: a construção de uma política local para o ensino fundamental de Três Barras – SC**. Rev. Lusófona de Educação, 2007.

REIS, Fernanda Teixeira *et al.*. **Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE)**. 2021.

SANTOS, Raize Rayka da Silva. **PDDE: Relação do perfil do gestor escolar com o processo de prestação de contas do recurso**. Goiânia, 2017.

SANTOS, Inalda Maria dos. **Política de financiamento da educação e participação da comunidade na gestão da escola**. RBPA, 2006.

SANTOS, A. R. dos; SOUZA, M. A. de. **Formação docente e educação do campo**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos . **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão; *et al.*. **Análise dos investimentos do programa “dinheiro direto na escola-PDDE” na e. e. comendador murta, em itinga-minas gerais, no período de 2009 A 2013**. Montes Claros, 2017.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Laboratório de Ensino a Distância. 2001.

SILVA, Adão Rogério Xavier; *et al.*. **Os índices de desempenho da gestão descentralizada dos recursos federais nas escolas públicas do ACRE**. 2022.

TORRES, Josenite Francisco. **Avaliação do programa dinheiro direto na escola (PDDE) e sua execução na área rural do município de cavalcante-go no período 2013-2016**. Cavalcante, 2019.

VANCONCELOS, Alcione; FRANCK, Luciana Nazare de Souza. **Análise da gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos municípios**. Niteroi, 2022.

8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

PERFIL DO GESTOR E ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

PERFIL DO GESTOR

A- Genero: () Masculino ; () Feminino e () Outros.

B- Faixa Etária (anos) : () 18-28; () 29-39; () 40-50; () Mais de 50.

C- Formação Acadêmica: () Pedagogia; () Licenciaturas; () Outros.

D- Tempo de Trabalho na Rede (anos): () Menos de 5; () 5-10; () 10-20; () 20-30; () Mais de 30.

E- Tempo de Gestão na Atual Unidade Escolar (anos): () Menos de 1; () 1-3; () 3-5 e () Mais de 5.

QUESTÕES
Perguntas direcionadas à Direção da Escola
1- Quanto vem de recursos do PDDE?
2- Quais as prioridades definidas pelo conselho escolar em relação aos recursos do PDDE?
3- Como os produtos adquiridos são distribuídos?
4- Quais os materiais?
5- A escola possui conselho escolar?
6- Qual o desafio do conselho escolar em relação as exigências do PDDE?
7- O que você considera de ponto positivo do PDDE?
8- Qual a participação dos alunos nas decisões sobre a compra dos produtos? Exemplos?
9- Se existe algum tipo de auditoria das contas do conselho? Quem a realiza?
10- Possuía experiência em gestão (seja ela escolar ou não) antes de assumir o cargo de gestor escolar? () Sim () Não

8.2 APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página. Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo e seus objetivos. Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “**ANÁLISE DOS RECURSOS DO PDDE NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO-AP**”, cujo objetivo é “Analisar como ocorre a execução do PDDE em (4) quatro escolas do Campo do município de Mazagão, sendo duas pertencentes à rede estadual e duas à rede municipal”. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guarda-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo. A pesquisa será realizada por meio de entrevista e questionários, constituído por perguntas abertas e fechadas. O questionário estará disponível para ser respondido entre os dias __/__/__ e __/__/__ de 202__. Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição. Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei. Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp para eles a qualquer momento: Nome, celular e e-mail do Pesquisador Responsável: INSERIR NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL. Nome, celular e e-mail do(s) Pesquisador(es) Assistente(s): INSERIR NOME DO(S) PESQUISADOR(ES) ASSISTENTE(S).

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento. Fui informado também que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia do TCLE e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

() LI O TERMO () ACEITO PARTICIPAR () NÃO ACEITO PARTICIPAR

ASSINATURA PARTICIPANTE

9 ANEXOS

9.1 ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PAIS DE ALUNOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

01) Quantos filhos frequentam a escola da Zona Rural em Mazagão-AP?

1-3 4-6 6-9 Mais de 9

02) Você tem conhecimento do que venha a ser o PDDE?

Sim Não

03) Você participa com sugestões e eleição de prioridades nas questões de infraestrutura e necessidades pedagógicas da escola?

Sim Não

04) Você participa de reuniões com pautas previamente definidas na escola?

Sim Não

05) Participa de palestras com monitores ou pessoas para obter esclarecimentos sobre o programa PDDE?

Sim Não

Fonte: Adaptado (TORRES, 2019).

9.2 ANEXO B – TABELA PARA ANÁLISE DO PERFIL DO GESTOR

QUESTÕES	GESTORES	ITENS	FREQ. ABSOL.	%
A	Gênero	Feminino		
		Masculino		
		Total		
B	Faixa Etária	18 a 28 anos		
		29 a 39 anos		
		40 a 50 anos		
		Mais de 50 anos		
		Total		
C	Formação Acadêmica	Pedagogia		
		Licenciatura		
		Outros		
		Total		
D	Tempo de trabalho na rede estadual de educação	Menos de 5 anos		
		5 a 10 anos		
		10 a 20 anos		
		20 a 30 anos		
		Mais de 30 anos		
		Total		
E	Tempo na gestão da atual unidade escolar	Menos de 1 ano		
		1 a 3 anos		
		3 a 5 anos		
		Mais de 5 anos		
		Total		
F	Possuía experiência em gestão antes de assumir o cargo de gestor escolar?			
		Menos de 1 ano		
		Entre 1 e 5 anos		
		Mais de 5 anos		
		Total		

Fonte: adaptado SANTOS (2017).